

Sobre o que fazemos em análise¹

Costumo pensar que toda vez que um analista compromete esforços para produzir um texto, está à cata de algum sentido para continuar a praticar seu ofício e sobreviver ao desatino que ele nos propõe. Escolhi tomar como organizadora deste propósito a pergunta que Lacan lança no seu Seminário de 1953/54 sobre “Os escritos técnicos de Freud”: *o que fazemos quando fazemos análise?* Claro que a questão é tão antiga quanto a própria psicanálise e foi a ela que Freud se dedicou depois de ter trazido à luz sua criação.

Num primeiro momento, para distingui-la das concepções psicoterapêuticas baseadas na sugestão, e depois para consolidar um método de trabalho terapêutico que era norteador pela formulação do registro do inconsciente como grande propulsor da ação psíquica. A implicação desta formulação, em toda sua amplitude, modificou o modo de concepção até então vigente que concebia o sujeito humano como estando centrado na consciência e, portanto, potencialmente capaz de integrar nela todo o saber sobre si. Descentrando o sujeito da consciência, Freud o submete à condição de um sujeito dividido e desconhecedor de suas próprias motivações, nunca, portanto, podendo ser considerado como um indivíduo.

Não somente isto, mas decorre daí a possibilidade de compreendermos a formulação psicanalítica do sintoma, como representando uma articulação entre duas forças diferentes em conflito já que o sujeito não é uno; estas forças conflitantes podem dizer respeito, por exemplo, ao desejo e uma oposição defensiva qualquer ou ainda a um conflito entre forças pulsionais ou, numa visão mais concordante com o que penso, o

¹ Texto originalmente publicado no livro *Psicossoma V: Integração, desintegração e limites*. Org. Rubens Marcelo Volich, Wagner Ranña e Maria Elisa P. Labaki. Casa do Psicólogo, 2014.

conflito se daria entre o que está inscrito no aparelho psíquico e a pulsão propriamente dita.

Neste sentido, podemos dizer que a própria idéia de conflito passa a ser uma marca constitutiva do sujeito em psicanálise. Se considerarmos o registro do que foi chamado de a primeira tópica freudiana, o conflito poderia ser localizado, por um lado, na realização da pulsão sexual, dando curso ao processo psíquico primário sob a regulação do princípio de prazer e, de outro, a pulsão de autoconservação atendendo aos ditames do processo secundário regulado pelo princípio de realidade. A conciliação possível entre as duas demandas, que também poderia ser expressa neste momento como o conflito entre o desejo e a defesa, daria ensejo às chamadas soluções de compromisso que incluiriam desde o sintoma até os atos falhos, chistes, esquecimento de nomes, etc.

Já na segunda tópica a articulação conflitiva se organizará a partir de uma nova dualidade pulsional, ou seja, a pulsão de vida e a pulsão de morte. A pulsão de vida representando aquilo que se inscreve no aparelho psíquico como organização e sistematização, e a pulsão de morte, que como Freud afirmou em 1920, no texto “Além do princípio do prazer”, é a pulsão por excelência, tendendo a romper a inscrição do mesmo, a desestabilizar a mera repetição do mesmo, daquilo que está sistematizado.

Na esteira do que acabo de expor, gostaria de retomar a questão norteadora deste trabalho e lembrar que, num de seus primeiros textos dedicado diretamente à questão da técnica, “Sobre a psicoterapia” (1905[1904]), Freud se preocupava em afastar sua criação das vizinhanças indesejadas das técnicas sugestivas e lançava mão de uma fórmula de Leonardo da Vinci que distinguia a pintura e a escultura para, através dela, opor sugestão e psicanálise; nesta ordem as técnicas sugestivas se dariam *per via di porre*, enquanto que a psicanálise se daria *per via di levare*. A sugestão, como a pintura,

colocaria algo num lugar onde antes nada havia, e a psicanálise, como a escultura, exporia a forma já contida dentro do bloco de pedra ou, no caso, do psiquismo do sujeito.

Ressaltada a importância circunstancial da metáfora para aquele momento e já consolidada a posição da psicanálise, gostaria de retomar a fórmula leonardiana como referência, na tentativa de cogitar sobre a pergunta que Lacan, gentilmente, nos legou. De início, acentuaria que, na prática clínica, encontro sentido para ambas as proposições aí expressas: penso que ao analista cabe levantar o reprimido (*per via di levare*) e, talvez, mais fundamentalmente permitir que algo do Real se represente para o sujeito (*per via di porre*). É bem verdade que esta proposição de simbolização está bastante distante do método utilizado numa terapia por sugestão, mas compreende também a idéia de que algo novo pode advir num trabalho analítico que não seja apenas a revelação de conteúdos inconscientes. E, além disso, é importante destacar, como fez Lacan (1958, p.641), quando cogitava sobre as questões da transferência e da sugestão, que

Há entre transferência e sugestão — essa é a descoberta de Freud — uma relação: é que a transferência também é uma sugestão, porém uma sugestão que só se exerce a partir da demanda de amor, que não é demanda de nenhuma necessidade. O fato de essa demanda só se constituir como tal na medida em que o sujeito é sujeito do significante, eis o que permite utilizá-la mal, reconduzindo-a as necessidades das quais esses significantes são tomados de empréstimo, coisa que os psicanalistas, como vemos, não deixam de fazer.

Imaginar, portanto, que o trabalho analítico possa se ausentar e permanecer completamente neutro com relação ao campo da sugestão é ignorar uma questão fundamental da constituição da transferência na construção do vínculo analítico e, pior ainda, manobrar nele com nada além de uma estratégia sugestiva não reconhecida ou francamente manipulada.

Sobre a questão do vínculo transferencial, especialmente em seu aspecto resistencial, acredito que valha a pena recordar o que disse Freud (1912, p.218), no texto “Observações sobre o amor transferencial” (Novas recomendações sobre a técnica psicanalítica III). Neste texto ele, claramente, se propõe a resgatar o conceito de transferência de uma certa tendência à esterilização afetiva do acontecimento analítico. Ele se pergunta: Podemos verdadeiramente dizer que o estado de enamoramento que se manifesta no tratamento não é real? E ele responde, não! Não porque, afinal, todo amor é uma reedição (como desenvolveu mais tarde em seu artigo “Sobre o narcisismo: uma introdução” de 1914.) Além do mais, a resistência não cria o amor, ele já está lá.

Isto indica que não há assepsia possível para o analista diante de seu analisando, eles se contaminam com afeto o tempo todo e não é possível considerar que haja um afeto verdadeiro e outro falso. E este é o instrumental que pode potencializar ou transtornar o ato analítico, seja por uma ação reativa de confrontação ou de fuga diante do que carrega a transferência.

Há, além disso, outra questão que considero ser essencial para qualquer aproximação ao exame da atividade clínica do analista. Aquilo que, por sua observância, nos manteria dentro deste contexto exclusivo do acontecimento psicanalítico. Falo da escuta analítica, do exercício ético que permite o fazer do analista: a escuta de um sujeito na revelação de sua verdade desejante. Cabe, inevitavelmente, lembrar que esta verdade não está conformada a nenhum modelo pré-estabelecido — nem social e nem psicanalítico — como faria crer, por exemplo, a tal “ascensão à condição genital”, como se pode entrever na própria escrita freudiana.

Podemos, por exemplo, resgatar um desses momentos no texto chamado “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, onde Freud (1905, p.244), ao tratar da questão da

perversão e de uma possível fraqueza constitucional que colaboraria para o surgimento da perversão, destaca o seguinte sobre a validade deste ponto de vista:

Ele tem sentido, no entanto, se o que significa é uma fraqueza constitucional de um determinado fator no instinto sexual, ou seja, a zona genital — uma zona que assume a função de combinar as atividades sexuais isoladas para as finalidades da reprodução. Pois se a zona genital for fraca, esta combinação, que deve ter lugar na puberdade, forçosamente fracassará, e o mais forte dos demais componentes da sexualidade continuará sua atividade como uma perversão.

O que estou destacando é que a idéia de genitalidade assim formulada estaria inscrita numa noção desenvolvimentista, que faria crer que a sexualidade progrediria rumo a um modelo reconhecido de adequação fora do qual estariam as distorções da patologia, quando o que qualquer analista pode testemunhar a partir de sua clínica é que não é para isso que a experiência aponta. Escolhemos nosso objeto sexual não pela conjunção de todas as pulsões parciais em torno da adequação genital, mas elegemos nossos parceiros exatamente por aquilo que eles trazem de sedutoramente parcial enquanto recortes promovidos por nossa forma de inserção no campo do desejo: nossa fantasia.

Refletindo sobre o dispositivo analítico e seu enquadre, é importante assinalar que eles podem permitir variações de alguma monta: uso ou não do divã, sessões curtas ou longas, frequência das sessões, referências conceituais distintas, etc. Mas a sustentação da posição do analista é, como disse, o seu compromisso ético. O que nos permite pensar de forma crítica sobre as tentativas institucionais de moldar a análise e medir seu valor a partir de questões meramente formais como, por exemplo, o número de sessões semanais ou mesmo a duração das sessões como forma de garantia do que seria uma análise aprovável e reconhecidamente válida.

Para Freud a relação analista-paciente estava sustentada na regra fundamental da psicanálise, que se define pela livre associação de idéias do paciente e pela atenção

flutuante do analista. Este pede ao paciente que diga, sem censura, tudo o que lhe vier à cabeça e, ao mesmo tempo, compromete-se a ouvir tudo o que lhe for dito sem privilégio valorativo preconcebido. Deixar-se-á ele guiar pelo próprio inconsciente para buscar o material de suas interpretações, especialmente a partir das formações do inconsciente em todas as suas manifestações significantes.

É de suma importância salientar que a posição do analista na transferência precisa ser entendida por ele para que sua condição de escuta flutuante não seja impossibilitada por sua captura imobilizadora no enlace transferencial, por aquilo que no paciente insiste, resistencialmente, em se repetir. É neste sentido que podemos entender por que será sempre do analista a responsabilidade de não favorecer a resistência com sua própria adesão transferencial não compreendida. Por exemplo, cedendo ao que demanda seu paciente por estar identificado com aquele que sabe o que o paciente precisa fazer para melhorar ou, mais bizarramente ainda, para que ele encontre a felicidade.

Para o analista poder lidar com essas questões será necessário que ele tenha experimentado, em sua própria análise, a oportunidade de lidar com as armadilhas em que suas fantasias inconscientes lhe predisõem a cair. É claro que não se trata aqui de algo parecido com o que percorreu o trabalho de Freud no seu início em “Psicoterapia da histeria”, de 1895, por exemplo, que fazia supor que uma análise conduzida até o seu final poderia livrar o sujeito de conflitos. O analista terá sempre que lidar com aquilo que caracteriza sua estrutura como ser de desejo, ou seja, a fantasia ($\$ \diamond a$) que lhe permite um jeito próprio de entrelace dos registros do Simbólico, do Real e do Imaginário. Mas sua análise, quando se tratar de um processo rico na promoção de potencialidades simbólicas, lhe proverá recursos mais flexíveis e, por que não dizer, formas menos sofridas de lidar com seus conflitos.

A questão de não atender diretamente ao que demanda o paciente, no sentido do que ele reconhece como sendo suas necessidades, sempre foi um elemento importante no trabalho do analista. Porém, nos dias atuais, caberá ao analista lidar com um desafio ainda maior para o exercício de seu trabalho, na medida em que fazemos parte de uma sociedade marcada pela subserviência a um discurso que comporta a idéia de acessibilidade ao objeto que nos redimiria de todos os males ou faltas. A ética da psicanálise se estrutura exatamente pela concepção de um objeto que, nunca alcançável, seria, por isso mesmo, capaz de ser o móvel de toda conduta humana e de seus valores.

Vivemos um tempo que precisa desaparecer para a dor que sentimos e para a ausência de potência que nos surpreende, mesmo que ela se deva a nossa falta de sentido diante do parceiro que nem escolhemos nem nos escolheu. O tempo de esperar tem que desaparecer a qualquer custo, nem que nós vendamos nossa alma ao maquinário cibernético que conduzirá nosso destino no frenesi do instantâneo, do inadiável e do excesso.

Há, entre os pacientes que nos procuram, uma crescente sensação de estar incorrendo em equívoco, dado que, na análise, não podem se confrontar, de imediato, com o que lhes serviria de índice ou evidência de desaparecimento do incômodo que lhes atinge. Lançar-se a um projeto de falar a um outro que não nos oferece o alívio instantâneo parece um mau negócio num universo onde cada mal tem, a cada dia, um remédio novo lançado com todas as provas e testes que se supõem validar o encontro com uma verdade que dispensa o sujeito e seu mundo interno, urdidos que foram através da trama do desejo. Mas há aqueles que já se entregaram a este caminho e não encontraram a porta do paraíso e caíram de volta no existir que nos cabe cuidar; a condição de ser incompleto e falível que gera os rumos que podemos escolher ou que miasmaticamente nos escolhem.

Para que uma análise possa começar será necessário que um tipo de ligação muito especial se instale entre o analista e o analisando. Algo precisará servir de elo entre os dois. Do lado do analista, a disposição que lhe confere seu desejo de analisar, seja qual for a tradução última que isto possa merecer em cada caso específico. Lembremos que desejo é sempre desejo de desejo e, para a psicanálise, desejo de ser desejado pelo Outro. Neste caso só resta ao analista abster-se do próprio desejo ou, pelo menos, de forma mais realista, ser capaz de mantê-lo em estado de suspensão para que a fantasia do paciente ocupe a cena desejante com sua marca própria e única.

Do lado do analisando estará, sem dúvida, implicada uma condição de idealização — de atribuição — que possibilitará ao analisando reconhecer o analista como aquele que tem um saber sobre ele; algo que pode ajudá-lo a decifrar-se ou, em último caso, sentir-se melhor. Será, afinal, que esta atribuição de que lhes falo é tão profundamente diferente da que me leva a procurar uma medicação para os males que me afligem?

Gostaria apenas de salientar um aspecto da transferência que diz respeito ao fato dela pode ser induzida pelo poder de sugestão contido no marketing que alimenta a crença de que tudo é curável: as doenças e suas dores, a impotência, a velhice e, quiçá, até a morte. Havemos de admitir que é bastante fácil, para cada um de nós, deixar-se seduzir por um discurso que sustenta tais benesses. Ainda que, se olhadas bem de perto, elas desvelem certo caráter de sina amaldiçoada. Talvez aqui, como citei acima, estejamos diante do que Lacan descreveu como a recondução dos significantes às necessidades de onde foram tomados de empréstimo.

Haverá sempre, nas situações de início de análise, algo do analista que, pelo seu efeito significativo, prestar-se-á à captura do outro numa relação de atribuição puramente imaginária e que sustentará o vínculo analítico enquanto persistir o tratamento. Em

alguns casos é possível, no decorrer da análise, identificar qual o significante do analista que se prestou a favorecer a construção desta ponte transferencial: o nome do analista, sua voz, alguma coisa dita pelo analista nas primeiras consultas, etc.

Gostaria de ilustrar o que acabo de dizer, sobre a captura significativa, com um acontecimento bastante interessante na minha experiência clínica. Saía eu do prédio onde tenho o consultório quando me deparei com um garoto acompanhado, como constatei depois, pela empregada doméstica. Cena, aliás, bastante comum em nossa rotina do centro clínico. E esta teria sido, com certeza, mais uma cena a se desfazer no elemento comum e indistinto deste cotidiano. Porém, lá estava Alex e quando eu já os ultrapassava para esquecê-los ele se dirigiu a mim e perguntou se eu trabalhava naquele prédio.

Ainda disposto a seguir o automatismo da troca de passos, sorri automaticamente e respondi que sim. Alex não fez nenhuma concessão à minha pressa e quis saber o que eu fazia. Quando respondi, ele ficou, aparentemente, satisfeito e me contou que na escola haviam recomendado aos seus pais que eles procurassem um terapeuta para ele.

Não querendo ir mais longe, tentei encerrar a conversa com uma afirmação tola qualquer sobre a possibilidade disto vir a ser uma experiência legal para ele. Alex, porém, parecia seguir inabalável o rumo que lhe interessava dar à conversa, sem levar em conta meus esforços evasivos. Perguntou-me então se não poderia fazer a terapia comigo.

Já completamente desmobilizados de minhas ações, até então pretendidas, estendi um olhar parvo na direção da acompanhante na esperança que ela produzisse algo de bom senso que pudesse me restituir a condição de transeunte anônimo. Mas, de alguma forma, eu já estava cativado pelo jeito desenvolvido do menino e curioso sobre ele,

então resolvi perguntar-lhe o que o havia levado a pensar em fazer terapia comigo, já que não me conhecia.

Alex contou-me que morava num dos prédios da vizinhança e que seria fácil vir até meu consultório e antes que eu pudesse dizer qualquer coisa, perguntou meu nome e me disse o dele. Neste momento já éramos conhecidos um do outro. A empregada, até então silente, fez uma tentativa de demover Alex de seu obstinado objetivo sugerindo a ele que “deixasse o moço ir embora, pois estava com pressa”. Nem Alex nem eu demos atenção a ela e continuamos a seguinte conversa:

— Quer dizer, Alex, que você mora aqui perto; imagino que seja por isso que você já sabia que aqui trabalham alguns terapeutas. Então resolveu falar com o primeiro que encontrou.

— Mais ou menos. Já encontrei outras pessoas, mas não tive coragem de falar com elas.

— E por que teve coragem de falar comigo?

— Não sei. Você penteia o cabelo que nem o meu avô e não tem uma cara assustadora.

— Bem Alex, acho que você tem motivos muito bons. Vamos combinar o seguinte: eu vou lhe dar um cartão com meu telefone e você leva para seus pais. Se eles concordarem, podem me ligar para conversarmos. Está bem?

— Tudo bem. Tchau.

Tenho certeza que deixei de ter uma experiência muito rica, pois os pais de Alex nunca me ligaram.

Voltando ao foco da análise e ao que fazemos nela, a transferência que assim se institui pode ser chamada de transferência imaginária, pois ela coloca em questão uma relação marcada pela posição eu-outro em toda sua implicação paranoica com seus elementos imaginários de agressividade e sedução, e nisto cabe também a idealização.

Em algumas modalidades de trabalho analítico o excesso ou o uso exclusivo do emprego de interpretações do tipo que sugerem que todos os acontecimentos da análise implicam o analista pode levar, sem dúvida, a uma deterioração paranoica do vínculo transferencial ou, a uma forma de submetimento calcado na culpabilidade do paciente.

A transferência imaginária é essencial para a continuidade da análise, mas não pode ser tomada como o instrumento analítico por excelência. O preço desta exclusividade poderia nos levar a ter que abrir mão do caminho que Freud nos legou, para entrar no mercado aberto das soluções padrão ofertadas ao varejo. A verdadeira potência da análise emerge como ato analítico sob o efeito do que poderíamos chamar de transferência simbólica.

Lacan (1953/1954) faz um interessante comentário sobre esta questão ao se referir ao trabalho clínico de Anna Freud a propósito dos mecanismos de defesa do eu. Diz ele que ela “deveria ter distinguido a interpretação dual, em que o analista entra numa rivalidade de eu a eu com o analisando, e a interpretação que progride no sentido da estruturação simbólica do sujeito, a qual deve ser situada para além da estrutura atual do seu eu.” (p. 80)

Neste sentido, caberia ao analista, por exemplo, fazer recortar do discurso do sujeito a emergência de uma palavra que escapa ao controle e se insinua descabida por entre o tecido da proposição de coerência do processo secundário, marcando assim, para o sujeito, o lugar de outro dizer no meio do que foi dito. Revelando-lhe com isso a insistência de uma verdade que lhe é velada, mas que o traduz como ser de desejo. Neste momento, analista e analisando são surpreendidos por um acontecimento que só pode estar sustentado num além daquilo que eles encarnam; no Outro como lugar do código e suporte da lei da castração para ambos.

Para Lacan (1958, p.599) é preciso entender que

A interpretação, para decifrar a diacronia das repetições inconscientes, deve introduzir na sincronia dos significantes que nela se compõe algo que, de repente, possibilite a tradução — precisamente aquilo que a função do Outro permite no receptáculo do código, sendo a propósito dele que aparece o elemento faltante.

Na análise, não se trata de praticar um jogo de cegos (inconscientes), o que, cá entre nós, faria dela uma prática, no mínimo, temerária. O analista é responsável pela direção do tratamento especialmente naquilo que propõe como enquadre e na responsabilidade de manter a escuta analítica e a ética do desejo que suporta esta relação de sujeito a sujeito. Especialmente porque não há sujeito que possa dar sustentação à ideia de categoria, a essência do sujeito é ser singular por conta do seu desejo. Desejo que cria a ilusão de falta para o eu que, supostamente, alcançará a satisfação através de um objeto disponível na realidade. Para Lacan (1958), “a impotência em sustentar autenticamente uma práxis reduz-se, como é comum na história dos homens, ao exercício de um poder.” (p.592)

Exponho na seqüência uma breve vinheta clínica para extrair dela alguma possibilidade de ilustração para as questões da técnica que, até aqui, fiz emergirem neste artigo. Não tenho, contudo, maiores pretensões quanto ao aprofundamento da compreensão do caso em si; valho-me dele apenas como modelo de um instante de apreensão do acontecimento clínico psicanalítico.

Recebi a mãe de João, que me procurou por insistência do psiquiatra que atendia seu filho, pois este considerava que o menino estava precisando de um espaço para tratar de suas questões e, sugeria também que isso fosse feito com um analista. Preciso destacar que isso não deixou de causar certo desgosto para a mãe. Primeiro, porque achava que a medicação poderia resolver o problema da depressão de seu filho, e

segundo, porque considerava que ela própria poderia manter-se atenta às questões que o perturbavam.

Procurei deixá-la tranqüila quanto ao fato de que ela poderia falar comigo quando precisasse, pois trazia um grande temor de ser excluída e ficar sem participar dos destinos do trabalho. Relato isto para contextualizar o momento vivido por João e sua mãe e a dificuldade desta em permitir que seu filho tivesse intimidade com mais alguém além dela.

João, que tinha então treze anos, veio para a primeira entrevista comigo e, realmente, mostrava-se desvitalizado e com muita dificuldade de falar. Cheguei mesmo a pensar que não haveria uma maneira de acessá-lo, pois tudo o que eu tentava promover como facilitação da conversa entre nós esbarrava numa espécie de muro de descaso ou indiferença. A frase mais longa e contundente que ouvi dele foi que já tinha tentado fazer terapia antes, e que isto não o tinha ajudado nada.

Havia, porém, por outro lado, uma clara percepção de que João queria ser ajudado e que se reconhecia sem forças para lidar com o que estava acontecendo naquele momento de sua vida. Ele me contou que não conseguia fazer amigos e que se sentia isolado e triste.

Foi em tão que, durante uma de suas sessões, num movimento perfeitamente desastrado, derrubei um copo com água que estava ao meu lado, o qual foi, caprichosamente, cair em cima de um volume da coleção de Freud que estava no chão ao lado da poltrona. Desarvorado e tocado em meu próprio sintoma, proferi um baixo, mas audível “merda” que expressava de forma irretocável o meu estado de humor naquele momento. Ainda com a cabeça baixa, já envergonhado do ocorrido, ouvi João soltar uma sonora gargalhada que só serviu para me deixar mais sem jeito ainda.

Depois que consegui erguer-me novamente na poltrona para encará-lo, e tentando decidir se me desculparia ou não, João comentou que sua mãe não suporta palavrões e que ele nunca podia dizê-los. Quase recuperado, brinco com ele dizendo que este seria então nosso primeiro segredo. Daí em diante João se fez palavras.

Narro a seguir um dos momentos de sua análise. João chega à sessão me contando que está se sentindo melhor, que tem tido menos sono e que inclusive a escola está mais suportável. Faz, de passagem, um comentário sobre o fato de que sua mãe haveria dito que isto tudo se deve ao remédio. Penso que estava contida aí uma crítica, um ataque tanto a minha potência como analista quanto à de João que, desta forma, não seria agente de sua própria mudança, mas apenas afetado pelo efeito da substância química. Vale ressaltar que já havia um bom tempo que ele fazia uso de antidepressivo, inclusive durante o tratamento anterior que a mãe interrompera, pois achava que o filho estava ficando agressivo.

João começou a falar da escola e contou-me que, uns dias antes, foram mostrados os álbuns de fotos da história da escola desde sua fundação. Contou-me que se sentiu muito orgulhoso, pois está nesta escola há muito tempo e faz parte desta história, tendo acompanhado a evolução da escola. João, cuja queixa inicial era de depressão e apatia, neste momento, estava vibrante e emocionado. Então disse-lhe que entendia a satisfação que ele estava sentido e que, a partir disso, outra coisa tinha me ocorrido sobre ele. Disse-lhe que achava que ele também poderia sentir algo parecido sobre sua própria história como pessoa: as experiências pelas quais passou, as transformações que ele percebia em seu corpo, tudo o que viu, sentiu e pensou eram marcas de sua história. João balançou afirmativamente a cabeça, olhando-me com visível emoção, e começou a falar sobre seu pai.

Seus pais se separaram quando ele tinha entre três e quatro anos, sendo que a separação fora extremamente turbulenta, chegando, inclusive, às raias da agressão física. Depois da separação o pai de João mudou-se para uma cidade do interior e constituiu outra família. Deste novo casamento do pai nasceu uma menina com quem ele pouco convive.

Depois de minha intervenção ele começou a falar sobre as dificuldades que tem com o pai e com a madrasta. Refere não ter nenhuma intimidade com os dois e que, nas raras vezes que está com o pai, o programa é sempre o mesmo; vão ao shopping, compram algo e depois vão a uma lanchonete lá mesmo tomar um lanche. Ele me diz que o pai não sabe nada dele. Digo-lhe que, seja como for, o pai também é parte da sua história; afinal, ele não foi fundado como a escola. João fica vermelho, parece envergonhado pelo que denuncio e me responde dizendo que isto é verdade, afinal ele e o pai têm algumas coisas em comum: têm um senso de humor muito parecido, gostam de museus e de arte e tem o mesmo sobrenome.

Perguntei-lhe então se ele não se sentia capaz de sugerir ao pai que fossem juntos a uma exposição de arte que interessasse a ambos, pois me parecia que ele havia encontrado pontos importantes para a construção do que ele chamou de intimidade. Ele calou-se por algum tempo e depois me respondeu que achava difícil, mas que valeria a pena tentar.

Em seguida, retomou a comparação entre os pais dizendo que a mãe tem uma dedicação total a ele, sendo capaz de qualquer coisa por ele; já o pai nem sabe direito do que ele gosta. Disse-lhe o seguinte: Poxa! Você ficou sozinho de novo com uma camiseta onde se lê: sou só da mamãe. João começa a rir e diz: “cara, essa foi um chute no saco!” Encerrei a sessão dizendo: “Viu só! Essa é mais uma coisa que os homens têm em comum, o saco”.

Eis que na mais plena ausência de intencionalidade, faço brotar um significante, ainda que pouco creditado nas rodas educadas, que serve ao sujeito como alavanca para mover-se em direção ao que de mim lhe empresto como ponte. Desta ligação, plenamente imaginária, surge o que se desloca, o que se transfere. O que, afinal, permite que se instale o dispositivo analítico.

Esse traço que nos identifica pelo que comporta de transgressão e, por que não, de libertação, permite ao menino caminhar — nem que seja por logradouros escusos como provavelmente pensaria a mãe — rumo às marcas do masculino até então precariamente amparadas.

A transferência assim sustentada nos permitiu empreender o trabalho analítico, gerando confiança entre nós e concessão a falas nem sempre fáceis de serem ouvidas. O analista, com seu estilo próprio, será capaz de fazer um uso instrumental da transferência no seu gume simbólico, permitindo ao sujeito um novo recorte de si mesmo ou, pelo menos, gerando a potência simbólica para que isso ocorra.

REFERÊNCIAS

FREUD, S.. *Edição Standard Brasileira das Obra Psicológicas completas de*

Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

(1895). A psicoterapia da histeria, v. 2.

(1905[1904]). Sobre a psicoterapia, v.7.

(1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, v. 7.

(1912). Observações sobre o amor transferencial (Novas recomendações sobre a técnica psicanalítica III), v. 12.

(1914). Sobre o narcisismo: uma introdução, v. 14.

(1920). Além do princípio de prazer, v. 18.

LACAN, J..(1953-1954) *O Seminário livro 1*. Os escritos técnicos de Freud.

Rio de Janeiro: Zahar, 1986, 336 p.

_____ (1958). A direção do tratamento. In: *Escritos*. Rio de Janeiro:

Zahar. 1988, 937 p.